

POLÍTICA EXTERNA E FORÇAS ARMADAS NO JAPÃO DO SÉCULO XXI: Entre o pacifismo e a assertividade

MARCOS PAULO DOS REIS QUADROS*
Cientista Político

KARINE ARNHOLDT**
Bacharel em Relações Internacionais

SUMÁRIO

Introdução
O Japão diante do mundo: de Perry ao fim da Segunda Guerra Mundial
O reposicionamento do Japão no pós-guerra
Panoramas do *Diplomatic Bluebook* (2016): fim do pacifismo?
As Olimpíadas de 2020 e a projeção futura do Japão
Considerações Finais

INTRODUÇÃO

Segundo dados recentes, o Japão ocupa o terceiro lugar na *ranking* das economias mundiais, com um produto interno bruto de US\$ 4,872 trilhões, de acordo

com o Banco Mundial (2017)¹. Além disso, é 11º país mais populoso e está na 17ª posição no Índice de Desenvolvimento Humano (UNITED NATIONS, 2016). Ainda que a cadeia de ilhas que o compõe não ultrapasse a extensão territorial de

* Doutor em Ciências Sociais (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul- PUCRS), com estágio doutoral no Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica Portuguesa (Lisboa, Portugal). Atuou como coordenador dos cursos de Ciência Política e de Relações Internacionais da Faculdade América Latina e como pró-reitor de Graduação do Centro Universitário da Serra Gaúcha. Atualmente é pesquisador do Centro Brasileiro de Pesquisas em Democracia (CBPD/PUCRS).

** Ex-Board Member do Kanazawa Tomo no Kai.

1 Ver <<https://data.worldbank.org/country/japan>>. Acesso em 22 abr. 2019.

377,915 km², o Japão desempenhou um papel crucial na geopolítica mundial em um passado recente e pode ser arrolado, pelo menos, como potência média no tempo presente. Finalmente, o Japão é um *player* especialmente importante na Ásia, uma vez que a proximidade do seu território com a China e com as Coreias, seu posicionamento diante da presença dos Estados Unidos da América (EUA) na região e a tensão entre movimentos de ampliação do papel das Forças Armadas em um contexto de restrição constitucional podem fazer com que o país seja um elemento-chave para a segurança internacional em médio prazo.

A despeito disso, a política externa japonesa não vem merecendo a atenção que seria desejável por parte dos analistas de língua portuguesa, de modo que o presente artigo almeja oferecer seu contributo para suprir parte desta lacuna. Para tanto, aborda-se, *en passant*, a construção da identidade nacional e da imagem internacional do Japão na dinâmica histórica nos séculos XIX e XX, com destaque para a transição entre os períodos Edo e Meiji sob o choque de culturas promovido pela chegada do Comodoro Perry, bem como para a ascensão do Império japonês e as consequências da derrota na Segunda Guerra Mundial. Em seguida, ao apresentar os desafios geopolíticos da agenda atual, debate-se a revisão do dispositivo constitucional que limita a capacidade de defesa, além das ações práticas do Japão neste terreno e as diretrizes da política externa publicadas pelo Ministério das Relações Exteriores por meio do *Diplomatic Bluebook*, de 2016. Finalmente, exploram-se os preparativos para os Jogos Olímpicos de Tóquio 2020, sugerindo-se que o evento poderá operar como propulsor do realinhamento da projeção internacional do Japão no século XXI.

O JAPÃO DIANTE DO MUNDO: DE PERRY AO FIM DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

Sob uma arquitetura social e política singular, ficou o Japão praticamente alheio à política internacional (e ao Ocidente, em particular) até 1854, quando a Diplomacia das Canhoneiras, dos EUA, promove uma ruptura. Com a chegada do Comodoro Matthew Perry e seus “Navios Negros”, o Japão foi forçado a se adaptar e abrir suas portas para o mundo, o que se materializa por meio do Tratado de Kanagawa. Em seguida, outros tratados com as potências ocidentais, conhecidos como Tratados Desiguais (TIPTON, 2016), foram celebrados, pautando a Restauração Meiji (1868-1912), cuja associação de caracteres 明治時代] significa “era do governo esclarecido”, refletindo a modernização política, econômica e social, além da expansão militar imperial que inseriria o Japão como potência mundial no início do século XX.

O Japão investe na expansão territorial, vencendo a China na Primeira Guerra Sino-Japonesa (1894-1895) e a Rússia na Guerra Russo-Japonesa (1904-1905). Assim, a construção do Império (desde a posse de Formosa e das Ilhas Pescadores como primeira e maior aquisição colonial) se deu rapidamente, apenas em torno de 40 anos após a chegada de Perry.

Embora a participação do Japão na Primeira Guerra Mundial tenha sido mínima, Tipton (2016) refere que, ao final, tendo participado ao lado dos vencedores na Conferência de Paz de Paris (1919) e como membro do Conselho da Liga das Nações, o Japão esperava receber como espólios da guerra os territórios alemães que havia ocupado na China e no Pacífico Ocidental. No entanto, manteve apenas parte destes, embora os países europeus

continuassem a incorporar ex-colônias alemãs. Outra demanda negada foi a inclusão de uma cláusula de igualdade racial na Carta da Liga das Nações.² O ato foi visto pelo Japão como sintoma de interesse ocidental semicolonial na Ásia e evidência do não-reconhecimento do Japão como uma potência equivalente.

Mesmo assim, até meados de 1930 o Japão manteve sua diplomacia alinhada com as potências do Ocidente. No entanto, fortalece-se a crença de que a segurança e a autonomia nacional dependeriam da hegemonia japonesa no leste da Ásia, o que paulatinamente leva o país ao isolacionismo, agindo contra as recomendações da Liga das Nações. Em 1937, tem início a Segunda Guerra Sino-Japonesa, considerada por diferentes autores como o ponto de partida para a Guerra do Pacífico³. Já em 1938, sob o pretexto de libertar os países asiáticos do imperialismo estadunidense e britânico, o Japão anuncia a criação da Esfera Maior de Coprosperidade da Ásia Oriental, também planejando controlar os recursos estratégicos e alimentícios do Sudeste Asiático sem a intervenção do Ocidente. Para buscar aliados, Tóquio já considerava inevitável entrar em guerra com a Grã-Bretanha ou com os EUA (JAMES, 2001).

Em 1940, diante da escalada dos conflitos no Pacífico, o Japão assume o Pacto Tripartite, decidindo apoiar e cooperar com o esforço de guerra do Eixo. Em 1941, assina o Pacto de Neutralidade Nipônico-Soviético, que perdurou até abril de 1945. Embora os teatros de

guerra japonês e europeu tenham sido distintos, para o Japão a aliança com a Alemanha e Itália foi considerada a última alternativa diante dos embargos sobre as matérias-primas que os Estados Unidos aplicaram em oposição à Guerra Sino-Japonesa. O exército estadunidense nas Filipinas também se mostrava como uma preocupação latente.

Aspirando ganhar tempo para fortalecer o cinturão no Pacífico Oriental por meio das ilhas, o Japão traçou uma estratégia de ataque à base naval de Pearl Harbor. Considerava-se ganhar em torno de um ano para negociar com os EUA. No dia 7 de dezembro de 1941, ocorre o ataque que marcou a entrada direta dos EUA na Segunda Guerra Mundial e o definitivo enquadramento do Japão como país inimigo dos Aliados.

O REPOSICIONAMENTO DO JAPÃO NO PÓS-GUERRA

Após a capitulação de 1945, o Japão passa a ser ocupado pelos EUA e tem suspenso seu direito de exercer soberania nas relações externas, situação que se alterou apenas a partir do Tratado de Paz de São Francisco, em 1951 (UEHARA, 2003). Destituído de seus principais símbolos nacionais, o Japão ocupado vislumbra a “declaração de humanidade” (*ningen sengen*) – que suprime a aura de divindade que cercava o imperador desde o Período Edo – e, em face da nova Constituição (1947), é obrigado a renunciar ao direito à beligerância.

Sob uma perspectiva realista das Relações Internacionais, Waltz (1979) assinala

2 Nesse sentido, o período de "ocidentalização" do Japão também é analisado por Dower (1986) como coincidente com o desenvolvimento do racismo científico dominante nas ciências naturais e sociais na Europa e nos EUA, que localizou os japoneses como uma “raça inferior”.

3 Na designação japonesa, a Segunda Guerra Mundial comumente recebe a denominação de Guerra do Pacífico e tem início com o choque de interesses entre Japão e EUA sobre a China, principalmente a partir da anexação da Manchúria pelo Japão.

que a sobrevivência é premissa para o Estado atingir seus propósitos, sendo que o significado da segurança⁴ é mantido pelo próprio conceito de sobrevivência⁵. Nesta senda, inicia-se o processo de reforma do sistema de governo e da sociedade do Japão, a fim de adaptá-los à nova realidade global. Pode-se mesmo sugerir que este período seria uma espécie de nova chegada dos “Navios Negros”, já que desencadeou um segundo movimento de abertura e transformação do Japão em direção ao exterior (ETO, 1976), além de impulsionar a necessidade de reestruturação da identidade nacional e da imagem internacional do país.

O esboço constitucional foi apresentado em 1946, sendo pautado em três princípios básicos e controversos:

1) supressão dos supremos poderes do imperador, cabendo a ele apenas a posição de símbolo de Estado; 2) a condição de negação ao direito de beligerância, desarmamento do país e orçamento limitado apenas à defesa; e 3) abolição da instituição do pariato (sistema de títulos da classe social aristocrática, instituído pela Constituição de Meiji). Um novo Japão emergiria das ruínas da guerra.

A reinserção japonesa na comunidade internacional seguiu o cenário de bipolaridade mundial e as preocupações com o vácuo de poder na geopolítica da Ásia

O princípio do pacifismo e a definição de defesa⁶ tornaram-se os pilares de sustentação da política externa securitária japonesa, que visou reconstruir seu *status* a despeito de ser considerado um “Estado anormal”⁷, cuja imagem passa também de agressor a vítima, promovendo reações reformistas na atualidade, como veremos adiante.

A reinserção japonesa na comunidade internacional seguiu o cenário de bipolaridade mundial e as preocupações com o vácuo de poder na geopolítica da Ásia. Em 1956, o Japão foi aprovado como membro da Organização das Nações Unidas (ONU), o que também facilitou o processo de aceitação na comunidade internacional e sua admissão em outros organismos multilaterais. À medida que se tornava reconhecido pelo desenvolvimento e pela industrialização, a demanda por maior participação nos assuntos internacionais também foi crescendo. Uehara (2003) considera que a política externa japonesa tenha passado por diferentes fases (SAITO *apud* UEHARA, 2003), conforme sintetizado na tabela a seguir:

dada que se tornava reconhecido pelo desenvolvimento e pela industrialização, a demanda por maior participação nos assuntos internacionais também foi crescendo. Uehara (2003) considera que a política externa japonesa tenha passado por diferentes fases (SAITO *apud* UEHARA, 2003), conforme sintetizado na tabela a seguir:

4 Nessa dinâmica, o dilema de segurança é uma questão imposta pelo sistema, em que a busca racional pela segurança (armar-se) aumenta o risco do outro como punição por não se armar (WALTZ, 1979).

5 É o equilíbrio a partir da competição pela distribuição de recursos dos Estados que aumenta as chances de sobrevivência no sistema internacional. A balança de poder pode funcionar aumentando a quantidade de recursos à disposição ou somando seus recursos a outro Estado.

6 Em sua interpretação, o governo japonês entende que a Constituição permite a posse de um nível mínimo de forças armadas para exercer a autodefesa necessária para a manutenção da paz e da segurança e garantir a sobrevivência diante das ameaças e invasões externas imprevisíveis.

7 Distância entre a capacidade econômica e a político-militar no sistema internacional. O Japão é considerado economicamente uma “grande potência”, mas é militarmente incapaz (HAGSTRÖM e GUSTAFSSON, 2015).

Período	Japão	Mundo
1. Início dos anos 1950 até meados dos anos 1960	Alinhamento com o Ocidente e alternativas limitadas na Ásia	Guerra Fria na Europa e na Ásia
2. Meados dos anos 1960 até início dos anos 1970	Emergência como potência econômica mundial	Intervenção dos EUA na Guerra do Vietnã
3. Início até final dos anos 1970	Multilateralismo como postura diplomática do Japão	<i>Détente</i> entre Oeste-Leste, reaproximação sino-americana, crise do petróleo
4. Início até final dos anos 1980	Maturidade política nos encontros de liderança	Nova Guerra Fria. Presença dos EUA como única superpotência
5. Final dos anos 1980 até o presente	Deteriorização da posição internacional do Japão. Indecisão e falta de liderança na política externa	Fim da Guerra Fria. Presença dos EUA como única superpotência. Discussão de um novo ordenamento, recessão econômica

Tabela 1 - Fases da Política Externa Japonesa
 Fonte: Uehara (2003, p.79)

O primeiro indício de uma diplomacia japonesa mais ou menos autônoma se dá com a publicação, via Ministério das Relações Exteriores (mofa), do *Diplomatic Bluebook*, em 1957, cujos princípios estabelecem: "a) norteamento da política externa pelas Nações Unidas; b) cooperação com as democracias liberais; e c) fortalecimento do *status* do Japão como país membro da Ásia" (UEHARA, 2003, p. 81). Durante a maior parte desse período, a política externa japonesa foi sustentada também pela Doutrina Yoshida, cujas bases seriam: a) economicismo – concentração dos esforços no crescimento econômico; b) minimalismo – baixa participação em questões político-estratégicas mundiais; c) bilateralismo dominante – relações com os EUA; e 4) multilateralismo – participação nas instituições internacionais.

No início da década de 1970, segundo Eto (1976), além de ser instado a melhorar suas relações com a China e a União Soviética, o Japão, paralelamente, preci-

sava comprometer-se com os países em desenvolvimento no Sudeste Asiático e Oriente Médio sem tornar-se novamente uma ameaça para a harmonia internacional. Por esse motivo, competiu ao Japão desenvolver métodos de cooperação nas questões de segurança internacional pela via econômica. A postura multilateral permitiu que o Japão mantivesse suas relações comerciais com países envolvidos em litígio (UEHARA, 2003) e obtivesse maior participação na Associação de Nações do Sudeste Asiático (Asean), buscando superar as relações prejudicadas na Segunda Guerra.

Nos anos 1980, o vigor da economia japonesa consolida a posição do país como superpotência econômica (TIP-TON, 2016), tornando-se a maior nação credora, com empresas espalhadas por todo o globo. Sob o Primeiro-Ministro Nakasone (1982-1987), intensifica-se um movimento para capacitar o Japão como um líder global. Tóquio amplia o investimento financeiro direto em

ambientes de interesse, ao passo que, sob o Primeiro-Ministro Toshiki Kaifu (1989-1991), a política externa tem três eixos: segurança, sobrevivência e reconhecimento, defendendo, portanto, um papel de maior protagonismo nas questões globais. No entanto, suas respostas práticas não foram satisfatórias às demandas internacionais, principalmente na Primeira Guerra do Golfo (SINGH, 2002), passando o Japão a ter sua capacidade questionada.

No governo Kiichi Miyazawa (1991-1993), observou-se um movimento pendular no posicionamento dos políticos japoneses acerca do retorno do país ao *status* de "Estado normal", já que emerge a polêmica Lei Internacional de Cooperação para a Paz, que pela primeira vez possibilitou a atuação dos soldados da JSDF (Forças de Autodefesa) fora do território do Japão.

Em suma, desde o término da Segunda Guerra Mundial o Japão conseguiu manter a orientação *peace-loving nation* por meio do aspecto *sui generis* consagrado na Constituição pelo princípio do pacifismo. No entanto, entre o fim da década de 1990 e o início dos anos 2000, o Japão se depara com um novo contexto. O risco de retirada das forças militares americanas do leste asiático, a diluição da ameaça soviética, o recrudescimento da política nuclear da Coreia do Norte, os movimentos da Marinha chinesa nos mares e os atentados de 11 de setembro fariam com que o Japão passasse novamente a reavaliar seu futuro papel no mundo.

PANORAMAS DO DIPLOMATIC BLUEBOOK (2016): FIM DO PACIFISMO?

No entanto, a citada revisão encontrou entraves. A política externa japonesa se

enfraqueceu devido à inépcia em assumir uma posição de liderança e à lentidão no processo de tomada de decisões:

[...] desde o comodoro Perry o estilo de negociações internacionais do Japão tem sido dominado por uma filosofia de mínimo risco e de evitar confrontação. No processo de tomada de decisão japonês considera-se preferível não fazer nada quando isso é seguro e fazer algo somente quando as pressões dos fatos forcem a agir [...] Essa mentalidade passiva faz com que os responsáveis pelas negociações subestimem sua capacidade de barganha, parecendo hesitantes e indecisos (BLAKER, 1977 *apud* UEHARA, 2001, p. 210).

Além disso, a política externa falhou ao valer-se de uma lógica burocrática fracionada:

A máquina japonesa ainda tenta administrar as questões internacionais na base do tradicional seccionalismo burocrático. Conversações sobre comércio, finanças, agricultura, meio ambiente, diplomacia cultural e outras formas de interação diplomática são todas conduzidas em paralelo, sem nenhuma coordenação entre elas. Dessa maneira, não é possível estabelecer uma estratégia eficiente, a menos que todos esses multifacetados elementos estejam relacionados sob a direção do primeiro-ministro (AKIHIKO, 1999 *apud* UEHARA, *op. cit.*, p. 211).

Ainda assim, Hagström (2006) sugere que a política externa do Japão tem se mostrado mais proativa desde os anos 2000. De igual modo, segundo Oros (2008), o Primeiro-Ministro Koizumi

(2001-2006)⁸ enveredou pelo caminho do fortalecimento das questões de segurança. O Japão viu duas emendas antiterrorismo serem aprovadas na Dieta⁹, autorizando a JSDF a atuar para a defesa das bases americanas no Japão e fornecendo apoio logístico às forças americanas fora do país. Além disso, a oportunidade de o Primeiro-Ministro Koizumi expandir a provisão de assistência humanitária no exterior foi aproveitada imediatamente.

A JSDF foi enviada para o Camboja, Moçambique, as Colinas de Golan, o Timor-Leste, o Haiti e o Sudão do Sul. Além disso, também foram despachados contingentes de apoio para operações internacionais de ajuda humanitária, como no caso dos refugiados ruandeses e das pessoas deslocadas no Timor-Leste, no Afeganistão e no Iraque. Por fim, forças japonesas também se inseriram em operações internacionais de observação eleitoral na Bósnia e Herzegovina (duas vezes), no Timor-Leste (três vezes), no Congo, no Nepal e no Sudão.

Mudanças de maior relevância na política externa aconteceram com a ascensão de Shinzo Abe ao cargo de primeiro-ministro. Segundo Tipton (2016), as iniciativas de Abe retomaram uma diplomacia baseada em valores e iniciativas direcionadas ao aumento das capacidades defensivas, na tentativa de tornar o Japão um país “normal”. Nesse sentido, um grande passo em direção às revisões de suas políticas de segurança foi o estabelecimento do National Security Council, por meio do qual já de início pôde-se classificar informações vitais de defesa como “segredos especiais”. Além disso, seu gabinete anunciou, em julho de

2014, uma reinterpretção significativa do Artigo 9 da Constituição, autorizando o exercício da “autodefesa coletiva”, de modo que, em caso de ataque a um de seus aliados, o Japão possa atuar conjuntamente para revidar.

Embora a revisão da Constituição esteja em debate desde a recuperação da soberania do Japão na década de 1950, de acordo com Asaoka e Teraoka (2016), as pesquisas atuais mostram que a opinião pública mantém cautela, principalmente no que concerne ao Artigo 9.

Portanto, para elucidar o debate serão considerados aspectos securitários alicerçados em dados empíricos levantados do Annual White Paper¹⁰ de 2016 (AWP-2016) e também coletados nas perspectivas de Singh (2002), sob a luz do Realismo Estrutural/Defensivo de Waltz (1979).

Conforme aponta Singh (2002), considerando a estrutura do sistema internacional anárquica e moldada pelo poder militar, a experiência do Japão na Guerra do Golfo é apresentada como evento-chave para a mudança na percepção acerca do princípio do pacifismo, denunciando sua vulnerabilidade em relação à capacidade de resposta diante de crises de segurança internacional.

Nesse sentido, o autor emprega o conceito de “Estado anormal” para situar o Japão. Um Estado “normal” reserva o direito do uso da força de forma individual ou coletiva para defesa, conforme disposto na Carta das Nações Unidas, artigo 51. Como complemento, mantém um balanço entre a capacidade econômica e a capacidade militar para garantir sua sobrevivência. Além disso, o Estado “normal” influencia o sistema internacional, e é influenciado

8 Koizumi foi classificado como *persona non grata* pela China quando fez visitas ao Templo Yasukuni em homenagem aos mortos na Segunda Guerra Mundial (TIPTON, 2016).

9 N.R.: A Dieta Nacional do Japão é o Poder Legislativo bicameral.

10 “Livro Branco” ou “Relatório Branco”, expedido anualmente pelo Ministério de Defesa do Japão.

por este, a formar alianças que os fortaleçam ou enfraqueçam os inimigos.

Uma vez que não segue estes princípios, o Japão não pode ser considerado como “Estado normal” na esfera de segurança. Singh (2002) atenta também para o fato de que a política securitária japonesa é formulada em um processo interministerial, que inclui o *Ministry of Finance* (MOF), o *Ministry of Foreign Affairs* (Mofa) e o *Cabinet Legislation Bureau*, arranjo que, na prática, restringe o papel e a influência da JSDF.

As principais preocupações percebidas pelo Japão em relação ao sistema internacional são apontadas no AWP-2016. Por um lado, o crescimento da China implica o aumento relativo das atividades navais próximas às águas territoriais japonesas, o que interfere na disputa pela Ilha Senkaku/Diaoyu. Por outro, a ameaça nuclear da Coreia do Norte faz com que a instabilidade na região aumente, além do fato de que os testes com mísseis podem violar o espaço aéreo e marítimo do Japão. Finalmente, o documento cita as disputas territoriais sobre as Ilhas Curilas com a Rússia, além da possibilidade de retirada das forças militares dos EUA do leste da Ásia, o que afetaria a garantia de segurança do Japão.

A revisão da política securitária japonesa pode então ser considerada como uma busca pela “normalização” do papel do Estado japonês na esfera de segurança, moldando-se às vulnerabilidades

impostas pelas mudanças na estrutura do sistema internacional. Esse movimento de reinterpretação continua evidente nos registros do AWP-2016, sobretudo porque reforça-se a necessidade de revisão da lei sobre as forças de autodefesa por meio da Legislação para a Paz e Segurança¹¹, de modo a promover a atuação da JSDF nos esforços para a estabilidade regional e global.

Ademais, pode-se arrolar inflexões importantes, como a colaboração com os EUA no projeto Theatre Missile Defense (TMD), o lançamento de satélites de comunicação próprios a fim de diminuir a dependência dos EUA e o contínuo

fortalecimento dos sistemas e equipamentos de defesa aérea e naval, além da tentativa de conquistar um assento no Conselho de Segurança, refletindo os esforços do Japão

junto a UN Peacekeeping Operations (SINGH, 2002).

Tais sintomas revelam que o Japão, ao ajustar sua estratégia de defesa às mudanças do sistema, adota uma posição realista estrutural-defensiva (WALTZ, 1979), e não uma posição realista-ofensiva que caracteriza a busca das grandes potências pela hegemonia (MEARSHEIMER, 2001).

Nesta perspectiva, o *Diplomatic Bluebook* e o *Annual White Paper* (AWP) igualmente abordam novas condutas em face dos Estados, uma vez que os japoneses parecem dispostos a manter-se na Trans-Pacific Partnership (TPP) mesmo

O Japão não pode ser considerado como “Estado normal” na esfera de segurança

¹¹ Representa a base legal doméstica sobre as capacidades de resposta da JSDF de acordo com as necessidades de segurança dos japoneses e da paz na região. A lei foi aprovada em setembro de 2015 e entrou em vigor em março de 2016.

após a retirada de Washington. Outrossim, relata progressos nas relações com os países vizinhos no ano de 2015, com a participação do Japão, da China e da República da Coreia no *Trilateral Summit and Foreign Ministers Meeting*, além da assinatura de um acordo com a República da Coreia, no mesmo ano, relacionado às mulheres sul-coreanas forçadas a trabalhar em bordéis nos territórios ocupados pelo Exército Imperial Japonês antes e durante a Segunda Guerra Mundial (*Comfort Women*).

Os documentos reconhecem, em uma visão panorâmica do mundo, as seguintes questões a serem abordadas por sua política: 1) a médio prazo – mudanças na balança de poder, diversificação e complexidade de ameaças, extensão da pobreza severa, aquecimento global e desastres naturais, além da questão do regramento da economia globalizada; 2) aumento das tensões no leste asiático por conta da Coreia do Norte e de manobras navais no Mar da China; 3) as preocupações com o terrorismo internacional em regiões politicamente instáveis; 4) as demandas globais em torno da questão dos refugiados; e 5) os riscos e as oportunidades sob o impacto da economia mundial no entorno asiático.

Além disso, de acordo com o Mofa (*Ibid*, 2017), dentro do plano de cooperação internacional, o Japão realiza contribuições para operações de paz como PKO's, no Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), na Organização Internacional de Migração (OIM) e na Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina no Próximo Oriente (UNRWA).

AS OLIMPÍADAS DE 2020 E A PROJEÇÃO FUTURA DO JAPÃO

À margem da discussão securitária, também novas noções de poder relacionadas ao aprofundamento do *soft power*¹² foram exploradas pelo Japão por meio das interações interculturais. Enquanto ferramenta política, foi prevista a promoção do Japão como marca, por meio do Ministério das Relações Exteriores e da Divisão de Estratégia da Propriedade Intelectual, promovendo a difusão da cultura para fora do país.

Além da culinária, nota-se o significativo alcance da cultura *pop*, já que o Japão foi a única nação a conseguir quebrar a hegemonia americana na exportação de cultura no pós-guerra (SATO, 2007). Outra questão referente às saídas de material cultural foi a somatória ao PIB durante a Crise Asiática de 1997, que chegou à estimativa de 13 bilhões de dólares, majoritariamente composta por exportação de histórias em quadrinhos, desenhos animados e *videogames*. Ademais, segundo Khumthukthit (2010), atividades envolvendo a cultura tradicional e contemporânea japonesa estão nos planos de divulgação do governo e de órgãos associados, como, por exemplo, nas exposições bienais e trienais de arte ao redor do mundo. Assim, o Executivo e o Mofa, a partir de 2004, empreenderam iniciativas mais assertivas de incorporar a cultura às ações do governo, merecendo destaque o Conselho de Promoção de Diplomacia Cultural e o Prêmio Internacional de Mangá, além da criação das Embaixadoras Kawaii, representando gêneros da moda

12 O *soft power*, como forma de poder indireto, busca atingir as mudanças desejadas estabelecendo preferências para outros no campo das ideias, isto é, fazendo com que os demais almejem o que espera para si. Assim, tende a ser associado com recursos intangíveis, como a cultura. No entanto, é uma forma de poder mais difícil de ser exercida e demorada (NYE, 2009). Portanto, o *soft power*, como habilidade de alcançar propósitos sem o uso da coerção pela violência, faz parte da diplomacia pública (KHUMTHUKTHIT, 2010).

que atraem o público estrangeiro, como a moda colegial, Lolita ou o estilo Harajuku.

No âmbito do entendimento claro sobre a imagem do Japão no mundo, o Mofa tem difundido o conhecimento acerca de si por meio de atividades diretas com o público no exterior e expandindo os centros de educação do idioma japonês. Ademais, promove o intercâmbio de jovens da Ásia, dos EUA, da Europa e da América Latina para estudos sobre o Japão nas universidades das principais cidades. O Mofa, juntamente com a Fundação Japão, também oportuniza que jovens do exterior possam desenvolver atividades junto a governos locais no Japão por meio do Jet Programme, por exemplo.

Logo, a utilização da diplomacia cultural do Japão pode representar a complementação dos esforços de busca por um novo *status* para o país, e o anúncio de que Tóquio sediará as Olimpíadas de 2020 traz consigo a indagação a respeito de que papel teriam os Jogos Olímpicos na política externa japonesa.

Embora os Jogos Olímpicos em si não assentem necessariamente princípios políticos, estes eventos têm se mostrado repletos de significados em escala internacional. Tóquio já sediou uma Olimpíada, em 1964, ainda sob a sombra de seu passado como inimigo de guerra. Apesar das contradições internas e externas no período pós-guerra, o sediamiento das Olimpíadas de 1964 obteve grande sucesso ao acolher o orgulho do povo japonês como nação, autorizando-o a torcer pelo seu país em um ambiente de

concorrência totalmente pacífico, além de projetar novos horizontes do país no cenário internacional (ETO, 1976).

De modo análogo, a apresentação de Tóquio como sede para os Jogos Olímpicos de 2020 durante a Cerimônia de Encerramento de 2016, no Rio de Janeiro, teve como surpresa o surgimento de Shinzo Abe, vestido de *cosplay*¹³ do mundialmente famoso personagem Mario, da série de jogos *Super Mario Bros*, lançada pela Nintendo. Além disso, a exibição do vídeo do *Warming Up* buscou componentes antigos e modernos da cultura japonesa reconhecidos internacionalmente, tais como Hello Kitty, Doraemon, Pac-man e o próprio Mario. Além de justapor toda modernidade, velocidade e atemporalidade da cidade de Tóquio (expressos em rápidos *flashes* panorâmicos entre dia e noite na cidade, dando-se maior destaque à Tokyo Tower, Tokyo Skytree

A utilização da diplomacia cultural do Japão pode representar a complementação dos esforços de busca por um novo *status* para o país

e Shibuya Crossing), com os elementos tradicionais da imagem do cenário japonês, como o *Shinkansen*, o Monte Fuji, santuários e parques. A combinação de cenários revela, ainda, elos entre as Olimpíadas de 1964 e 2020.

Como parte dos esforços da política externa na promoção do entendimento sobre o Japão e da confiança no país, o acolhimento dos Jogos Olímpicos apareceu primeiro na diretriz *Política Externa do Japão para Promover Interesses Nacionais e Internacionais no Diplomatic Bluebook*, de 2014 (MOFA, 2014). No livro, o Ministro Fumio Kishida estende

13 Sinônimo popular para a contração de *costume* (fantasia) *play* (brincadeira/interpretação).

apoio e contribuição do Japão às atividades de intercâmbio internacional por meio do esporte, em parceria com a Cidade Metropolitana de Tóquio, o Comitê Organizador e outros ministérios engajados na preparação do evento. Na edição expedida em 2015, a Olimpíada apareceu no bojo da mesma premissa, na diretriz da *Diplomacia Cultural*, ressaltando a importância da presença do Japão nos esportes. Reconheceu o esporte como ferramenta efetiva para a promoção da amizade e do entendimento nas relações do Japão, que permite a comunicação aquém da linguagem. Finalmente, em 2016, o relatório da diplomacia e política externa aborda a relação entre os esportes e a diplomacia como ferramenta para a promoção e contribuição de trocas internacionais.

Ademais, as Olimpíadas reacenderam o debate acerca do princípio constitucional do pacifismo, já que o Primeiro-Ministro Shinzo Abe determinou um prazo, que se estende até a abertura dos Jogos, para que sejam votadas as mudanças constitucionais relacionadas ao conceito de auto-defesa. Sobre o tema, o primeiro-ministro afirmou: "Devemos usar o ano de 2020, quando os Jogos Olímpicos e Paralímpicos serão realizados (em Tóquio), como uma oportunidade para o Japão fazer um novo começo" (*Mainichi Japan*, 2017, tradução nossa)¹⁴.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscou-se, ao longo do presente artigo, identificar possíveis tendências de atuação internacional do Japão para os próximos anos. Se o isolamento internacional do Japão oitocentista foi rompido pela chegada do Comodoro Perry e evoluiu para um imperialismo belicoso que tornou o país uma potência inquestionável no cenário geopolítico da Ásia nas primeiras décadas do século XX, o desenrolar da Segunda Guerra Mundial demonstrou, em definitivo, o quanto o Japão pode ser crucial para a segurança internacional como um todo.

Ainda que os japoneses tenham adotado uma postura de não-intervenção depois de 1945, elementos como a presença dos EUA em seu território, bem como a proximidade com a China e com a Coreia do Norte, não deixam margem para dúvidas no que tange à importância do Japão.

Tendo transitado da condição de potência militar para a de potência econômica pacifista, os japoneses paulatinamente passaram a evidenciar que seu país está disposto a adotar inflexões consideráveis em matéria de política externa. Nesse sentido, vimos que o dispositivo constitucional que restringe drasticamente o emprego das Forças Armadas vem sendo alvo de amplo questionamento, uma vez que os debates em torno da sua revisão são acompanhados de discretas incursões das

O Japão se preocupa com os desafios aos seus interesses nacionais: ameaças ao multilateralismo, à expansão econômica e à autonomia do ponto de vista da segurança e, em especial, às vindas da China e da Coreia do Norte

14 "We should use the year 2020, when the Olympic and Paralympic Games will be held (in Tokyo), as an opportunity for Japan to make a fresh start."

Forças de Autodefesa fora do território do Japão. Portanto, sem desvencilhar-se por completo da ideia de *peace-loving nation* (e menos ainda da opção democrática), o Japão finalmente demonstra estar disposto a superar o fardo proveniente dos crimes de guerra cometidos no passado para inserir-se de modo mais assertivo na ordem internacional do porvir.

O exame dos princípios expostos pelo *Diplomatic Bluebook* e pelo *Annual White Paper* nos permitiram argumentar que o Japão percebe a emergência de uma nova realidade. Nesse sentido, seus tomadores de decisão parecem preocupar-se com os desafios impostos à preservação dos interesses nacionais, dando especial atenção às potenciais ameaças vindas da China e da Coreia do Norte, bem como ao

multilateralismo, à expansão econômica e à necessidade de tornar o país mais autônomo do ponto de vista da segurança, sem perder os laços com os EUA.

Finalmente, os dados examinados sugerem que ser a sede dos Jogos Olímpicos de 2020 (iniciativa que constou na diretriz *Política Externa do Japão para Promover Interesses Nacionais e Internacionais do Diplomatic Bluebook*, de 2014) opera como um braço importante da (nova) política externa japonesa. Ao lado do realismo que ampara essa política em relação à segurança e às necessidades estratégicas no entorno asiático, o Mofa intenta promover o *Soft Power* japonês formatando uma nova identidade internacional para o país e trilhando rumos diferentes em sua projeção no mundo.

📁 CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:
<FORÇAS ARMADAS>; Marinha do Japão;

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CABLE, James. *Gunboat Diplomacy: Political applications of limited naval force*. New York: Praeger, 1971.
- DOWER, John. *War Without Mercy: Race and Power in the Pacific War*. New York: Pantheon Books, 1986.
- ETO, Jun. *Uma nação renascida: breve história do Japão de pós-guerra*. Rio de Janeiro: Consulado Geral do Japão, 1976.
- HAGSTROM, Linus. *Identity politics and Japan's foreign policy*. Memoriam, 2006. Disponível em: <<https://goo.gl/mYtTiz>>. Acesso em: 17 jun. 2018.
- HAGSTRÖM, Linus; GUSTAFSSON, Karl. “Japan and identity change: why it matters in International Relations”. *The Pacific Review*, 28:1, 2015. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1080/09512748.2014.969298>>. Acesso em: 14 mar. 2019.
- JAMES, D. Clayton. “Estratégias americana e japonesa na Guerra do Pacífico”. In: PARET, Peter *et al. Construtores da estratégia moderna: de Maquiavel à era nuclear*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2001, p. 317-356.
- KHUMTHUKTHIT, Ploy. *A nova diplomacia pública do Japão*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais, Instituto de Relações Internacionais, PUC, Rio de Janeiro, 2010, 102 fls.

- MAINICHI JAPAN. *Is Abe using 2020 Tokyo Olympics to promote constitutional revisions?* 11 maio 2017. Disponível em: <<https://mainichi.jp/english/articles/20170511/p2a/00m-0na/019000c>>. Acesso em: 26 jun. 2018.
- MEARSHEIMER, John. *The Great Tragedy of Great Power Politics*. New York: W.W. Norton, 2001.
- MINISTRY OF DEFENSE. Government of Japan. *Defense of Japan: Annual White Paper*. 2016. Disponível em: <http://www.mod.go.jp/e/publ/w_paper/2016.html>. Acesso em: 19 jun. 2018.
- MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS OF JAPAN (MOFA). Government of Japan. *Diplomatic Bluebook. 2016*. Disponível em: <<http://www.mofa.go.jp/policy/ot-her/bluebook/index.html>>. Acesso em: 25 jun. 2018.
- _____. Government of Japan. *Japan's Security Policy*. 2016. Disponível em: <http://www.mofa.go.jp/fp/nsp/page1we_000077.html>. Acesso em: 17 jun. 2018.
- _____. *Japan's Contribution to UN Peacekeeping Operations (PKO)*. 2017. Disponível em: <<http://www.mofa.go.jp/policy/un/pko/index.html>>. Acesso em: 4 jul. 2018.
- _____. "Government of Japan. Japan's Foreign Policy to Promote National and Worldwide Interests". In: *Diplomatic Bluebook, 2014*. 2014. Cap. 3. Disponível em: <<http://www.mofa.go.jp/files/000055802.pdf>>. Acesso em: 26 jun. 2018.
- _____. "Government of Japan. Japan's Foreign Policy to Promote National and Worldwide Interests". In: *Diplomatic Bluebook 2015*. 2015. Cap. 3. Disponível em: <<http://www.mofa.go.jp/files/000106463.pdf>>. Acesso em: 26 jun. 2018.
- NYE Jr., Joseph S. *Cooperação e conflito nas relações internacionais: Uma leitura essencial para entender as principais questões da política mundial*. São Paulo: Editora Gente, 2009.
- OROS, A. L. *Normalizing Japan: politics, identity, and the evolution of security practice*. California: Stanford University Press, 2008.
- SATO, Cristiane. A. *Japop: o poder da cultura pop japonesa*. São Paulo: NSP-Hakosha, 2007.
- SHIMIZU, Satoshi. "Rebuilding the Japanese Nation at the 1964 Tokyo Olympics: the Torch Relay in Okinawa and Tokyo". In: KELLY, William W.; BROWNELL, Susan (eds.). *The Olympics in East Asia: Nationalism, Regionalism, and Globalism on the Center Stage of World Sports*. Yale University, 2011. pp. 39-60.
- SINGH, Bhuhindar. "Japan's Post-Cold War Security Policy: Bringing Back the Normal State". *Contemporary Southeast Asia*. ISEAS - Yusof Ishak Institute, v. 24, n. 1, pp.82-105, 2002.
- SMITH, Sheila A.; TERAOKA, Ayumi. Early Postwar Attitudes on Constitutional Revision. *Will the Japanese Change Their Constitution?* The Council On Foreign Relations (CFR), 28 jul. 2016. Disponível em: <<https://www.cfr.org/blog-post/early-postwar-attitudes-constitutional-revision>>. Acesso em: 04 jul. 2018.
- TIPTON, Elise K. *Modern Japan: a social and political history*. New York: Routledge, 2016.
- UEHARA, Alexandre Ratsuo. *A política externa do Japão no final do século XX: o que faltou?* São Paulo: Annablume/Fundação Japão, 2003.